

Virgínia Ostroski Salles
Damaris Beraldi Godoy Leite
Antonio Carlos Frasson
(Organizadores)

Formação de Professores: Perspectivas Teóricas e Práticas na Ação Docente

Virgínia Ostroski Salles
Damaris Beraldi Godoy Leite
Antonio Carlos Frasson
(Organizadores)

Formação de Professores: Perspectivas Teóricas e Práticas na Ação Docente

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação de professores [recurso eletrônico] : perspectivas teóricas e práticas na ação docente / Organizadores Virgínia Ostroski Salles, Damaris Beraldi Godoy Leite, Antonio Carlos Frasson. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-787-1 DOI 10.22533/at.ed.871191911 1. Educação. 2. Prática de ensino. 3. Professores – Formação. I. Salles, Virgínia Ostroski. II. Leite, Damaris Beraldi Godoy. III. Frasson, Antonio Carlos. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Diversidade que busca a unidade. A tentativa da unidade na diversidade. A complexidade da diversidade! Complexidade, diversidade em busca de aproximações e perspectivas de unidade na educação! Estas expressões estão a cada ano, neste século, sendo mais debatidas e pesquisadas nas instituições de ensino superior e, particularmente nos programas de Pós-Graduação.

É exatamente sobre essa diversidade e complexidade, contidas no campo educacional que trata este livro, resultado do conjunto de mesas redondas realizadas pelo grupo de pesquisa: Educação a Distância - Formação Docente para o Ensino de Ciência e Tecnologia, da UTFPR – Câmpus Ponta Grossa, durante as atividades do Congresso do Educação de Ponta Grossa, em parceria com Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2018.

Os profissionais convidados para as mesas redondas vieram de diversas instituições de ensino e pesquisa, enriquecendo os debates com experiências pedagógicas, enfoques sobre as políticas educacionais e pesquisas sobre a educação. Da diversidade dos participantes, percebemos uma unidade de perspectiva que gira em torno da formação de professores, tanto nos aspectos relacionados aos conhecimentos/conteúdos, como também das metodologias de ensino emergentes, além da formação humana presente no fazer/construir educacional.

A primeiro eixo do livro trata das questões pedagógicas no Ensino de Ciências e Matemática. A qualidade da aprendizagem é ponto central, a partir de novas discussões teóricas e epistemológicas que estimulam a compreensão da ciência. Os textos que compõe esta parte, investigam a formação de professores, a organização de metodologias e a motivação docente, permeados pela perspectiva da ludicidade, situações-problema entre outros. Sim, é um eixo sobre o Ensino de Ciências e Matemática, mas é sobre muito mais! As reflexões contidas nos textos servem para a formação de professores em todas as áreas do conhecimento, pois abordam fundamentos comuns às pesquisas da área.

A formação docente na área da inclusão é o tema do segundo eixo do livro. Outra vez, a formação de professores é discutida a partir de diversos elementos. Surge a discussão da neurociência na relação com a inclusão educacional. Destacamos a importância de estudos sobre a neurociência na educação em geral, especialmente em tempos de tecnologia sem precedentes na humanidade. Além disso, as políticas de inclusão são tratadas a partir da perspectiva da gestão municipal, envolvendo processos da gestão escolar e da participação comunitária, demonstrando avanços e as demandas, ainda necessárias, para qualificar o campo da inclusão. Sim, os artigos tratam das questões da inclusão, mas estão além disso! Eles mostram que a inclusão é um movimento da educação e da formação de professores, em todos os campos, para todos os envolvidos. Além disso, ressaltam que a gestão educacional, as políticas públicas e a neurociência estão, cada vez mais, no centro do debate da educação!

Ao discutir sobre as violências e convivências escolares, o terceiro eixo do

livro traz um conjunto de reflexões e experiências fundamentais para a escola atual, a cultura da paz. Em maio de 2018, a cultura de paz e a prevenção das violências escolares passaram a fazer parte da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Com isso, a necessidade dos estudos e avaliação de experiências deste campo são fundamentais. Os textos desse eixo tratam aspectos filosóficos, metodológicos e experiências concretas da educação para a paz, de forma clara e sistematizada. Sim, os temas são cultura de paz, prevenção de violências e qualificação das convivências escolares, e isso serve para todas e todos os docentes da escola de nosso tempo!

Além dos temas acima que, guardadas pequenas especificidades, trazem um amplo conjunto de perspectivas para todas as áreas de ensino e para a educação de maneira geral, o quarto eixo do livro encaminha a reflexão e a proposição de caminhos a partir das metodologias ativas em EAD. A formação de profissionais em EAD, especialmente de professores, tem passado por muita discussão ao longo dos últimos anos. É urgente qualificar os recursos humanos para a educação e a EAD é parte importante neste processo. Porém, para isso é necessário garantir qualidade da aprendizagem. Assim, este eixo traz discussões sobre metodologia, legislação e propostas na EAD que servem para entender e projetar perspectivas. Sim, essa discussão é sobre metodologias ativas e a EAD, mas serve para todas e todos os professores da atualidade, imersos em formação inicial e continuada em EAD, mas também atentos ao hibridismo que as metodologias ativas levam ao ensino presencial!

Como vemos, esta obra é fruto do caminho da unidade na diversidade, onde diversos temas foram tratados à luz do processo da aprendizagem e da formação de professores, promovendo um intercâmbio de experiências, pluralidade de olhares e abordagens teóricas e epistemológicas que merecem ser observadas em seu conjunto. O século XXI é o século da perspectiva da complexidade, onde o todo e as partes precisam se integrar efetivamente, onde especificidade e totalidade se encontrem, fortalecendo o conhecimento. Desta integração, encontraremos caminhos para avançar, qualificar e tornar a pesquisa em educação mais concreta e sintonizada com o cotidiano escolar.

Portanto, este livro certamente nos traz fundamentos da aprendizagem, reflexões sobre a educação e as políticas públicas, metodologias diferenciadas, experiências educacionais e perspectivas sobre a formação docente. Tudo isso de maneira clara, fundamentada e inspiradora. Lido pela perspectiva da especificidade de cada eixo, será uma contribuição muito importante para os campos do conhecimento. Entendido em sua totalidade/complexidade pode ser um livro fundamental para lançar luz à educação de forma na atualidade! Arrisquem-se na complexidade! Boa leitura!

Nei Alberto Salles Filho

SUMÁRIO

EIXO 1: FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICAS

CAPÍTULO 1 3

ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIO E EMOÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Maria de Fátima Mello de Almeida
Agnes Regina Krambeck Cabrini

DOI 10.22533/at.ed.8711919111

CAPÍTULO 2 13

A ÁREA DA MATEMÁTICA E O TRABALHO PEDAGÓGICO COM CRIANÇAS: ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Lucimara Glap
Sandra Regina Gardacho Pietrobon

DOI 10.22533/at.ed.8711919112

CAPÍTULO 3 26

ENSINAR CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO INVESTIGATIVO

Caroline Elizabel Blaszkó
Amanda de Mattos Pereira Mano

DOI 10.22533/at.ed.8711919113

EIXO 2 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM INCLUSÃO

CAPÍTULO 4 45

CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI VOLTADA À INCLUSÃO EDUCACIONAL

Fabio Seidel dos Santos
Pauline Balabuch
Daniela Frigo Ferraz
Antonio Carlos de Francisco

DOI 10.22533/at.ed.8711919114

CAPÍTULO 5 60

POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PONTA GROSSA/PR NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Elizabeth da Aparecida Euzebio Alves
Cynthia Roselaine Drago Venancio

DOI 10.22533/at.ed.8711919115

CAPÍTULO 6 79

SÍNDROME DE ASPERGER: CONTRIBUIÇÕES PARA ATUAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO ESCOLAR

Eliane Maria Morriesen
Juliane Retko Urban
Bruna Braga Volpe
Teresinha Fátima Almeida
Antonio Carlos Frasson

DOI 10.22533/at.ed.8711919116

**EIXO 3: FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA CULTURA DE PAZ:
OLHARES A PARTIR E PARA A INFÂNCIA**

CAPÍTULO 7 94

CULTURA DA PAZ: OLHARES A PARTIR E PARA A INFÂNCIA

Araci Asinelli-Luz
Michelle Popenga Geraim Monteiro
Tatiane Delurdes de Lima
Alessandra de Paula Pereira

DOI 10.22533/at.ed.8711919117

CAPÍTULO 8 108

CULTURA DE PAZ: ELEMENTOS TEÓRICOS COMO SUBSÍDIO PARA A DISCUSSÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Nei Alberto Salles Filho

DOI 10.22533/at.ed.8711919118

CAPÍTULO 9 120

VIVÊNCIAS E CONVIVÊNCIAS EM EDUCAÇÃO PARA A PAZ: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM JOGOS COOPERATIVOS

Vânia Katzenwadel de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.8711919119

CAPÍTULO 10 131

DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO E ESPIRITUALIDADE COMO MEIOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES À LUZ DOS ARTIGOS 12 E 33 DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Patrícia Machado Pereira Giardini

DOI 10.22533/at.ed.87119191110

CAPÍTULO 11 140

EDUCAÇÃO PARA A PAZ E VIOLÊNCIA NA ESCOLA: UM ITINERÁRIO A PARTIR DA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA DE PAULO FREIRE

Virgínia Ostroski Salles
Antonio Carlos Frasson

DOI 10.22533/at.ed.87119191111

EIXO 4 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM METODOLOGIAS ATIVAS EM EAD

CAPÍTULO 12	153
METODOLOGIAS ATIVAS: PROCESSOS E PERCURSOS DESDE CONFÚCIO À CONTEMPORANEIDADE	
Maria Fatima Menegazzo Nicodem	
DOI 10.22533/at.ed.87119191112	
CAPÍTULO 13	168
APRENDIZAGEM ATIVA PARA EAD: NOVAS FUNÇÕES DOCENTES	
Iolanda Bueno de Camargo Cortelazzo	
DOI 10.22533/at.ed.87119191113	
CAPÍTULO 14	184
METODOLOGIAS ATIVAS EM MODELOS HÍBRIDOS NA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	
Thuinie Medeiros Vilela Daros	
DOI 10.22533/at.ed.87119191114	
CAPÍTULO 15	196
NÍVEL DE EFICIÊNCIA DOS CURSOS NA MODALIDADE EAD DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA (UEPG): UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE UM CURSO DE BACHARELADO E UM CURSO DE LICENCIATURA	
Marcus William Hauser	
Antônio Carlos Frasson	
Rogério Ranthum	
DOI 10.22533/at.ed.87119191115	
CAPÍTULO 16	205
IMPACTO DO NOVO DECRETO 9057/2017 SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)	
Cheperson Ramos	
Virgínia Ostroski Salles	
Antonio Carlos Frasson	
DOI 10.22533/at.ed.87119191116	
SOBRE OS ORGANIZADORES	215
SOBRE OS AUTORES	216

IMPACTO DO NOVO DECRETO 9057/2017 SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

Cheperson Ramos

cheperson@alunos.utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná,
Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais

Ponta Grossa – Paraná

Virgínia Ostroski Salles

virginia.utfpr@gmail.com

Universidade Tecnológica Federal do Paraná,
Programa de Pós-Graduação em Ensino de
Ciências e Tecnologia

Ponta Grossa – Paraná

Antonio Carlos Frasson

acfrasson@utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná,
Departamento Acadêmico de Ensino Ponta
Grossa – Paraná

RESUMO: O Decreto 9.057 de 25 de maio de 2017 e sua portaria normativa nº11 tratam sobre a EaD (Educação a Distância) e regulamenta o Artigo 80 da Lei nº 9394/96. Após realizada uma pesquisa qualitativa, o corrente texto objetivou-se em analisar as opiniões de professores que atuam na EaD frente a legislação prolongada pelo Decreto 9.057 e portaria. Para dar maior persuasão aos argumentos desses profissionais, foi demonstrado dados estatísticos que prescrever a criação desse decreto. Constatou-se que o Decreto 9.057/2017 e sua portaria deu-se a ajudar na abertura de novas

vagas no ensino superior, no entanto, o mesmo conduz prerrogativas as instituições privadas que torna a Educação a Distância mera geradora de lucro.

PALAVRAS-CHAVE: Decreto 9.057, Educação a Distância, Ensino Superior.

1 | INTRODUÇÃO

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de ensino onde docente e discente não se encontram no mesmo espaço e na maioria das vezes não estão no mesmo tempo. O ensino na EaD é mediado por tecnologias de informação e comunicação (TIC) que podem ser modernos “softwares” ou até mesmo simples correspondências.

Nos últimos anos houve grande crescimento de trabalhos acadêmicos sobre EaD. Isso devesse também pelo crescimento da modalidade mundialmente (PETERS, 2012), onde os pesquisadores diante de um novo assunto procuram discutir o lado positivo e negativo desse modo de educação. Além disso, procuram formas de melhorar essa modalidade desenvolvendo metodologias e ferramentas que se adaptem melhor a esse contexto não presencial.

A expansão da EaD é um fenômeno observado no mundo inteiro. Os motivos de

sua difusão é o avanço tecnológico, é uma forma de ensino atraente e popular e facilita o acesso à instrução, não só superior, mas também quaisquer outros graus de formação (PETERS, 2012). O Brasil segue na mesma perspectiva mundial, de propagação da modalidade, crescendo 10% ao ano.

No Censo da Educação Superior 2015, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), existia até ano 2015 no Brasil 1.473 mil cursos superiores à distância e que comparado com o ano de 2010, houve um crescimento de 50%. Ou seja, em cada ano crescera 10%, somando os anos desde 2010 até 2015, temos 50% de crescimento da EaD (BRASIL, 2017).

Pelas mudanças de tecnologias durante os anos e pelo avanço da modalidade a distância, tornar-se fundamental formaliza-la por parte do governo federal. O governo durante anos incentiva a modalidade por leis, decretos, portarias, entre outros. Primeiramente com a LDB nº 9.394/96, que reconhece a possibilidade da oferta de licenciaturas nesta modalidade e mais recentemente o Decreto 9.057/2017.

Diante deste cenário, neste trabalho será abordado sobre esse último apontado, sendo assim a vigente produção objetivou-se em analisar as opiniões de professores que atuam na EaD frente a legislação prolongada pelo Decreto 9.057 e portaria. Decreto que regulamenta o Artigo 80 da Lei nº 9394/96, das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sobre o Ensino a Distância (EaD).

Uma das justificativas para criação do 9.057/2017 e portaria, dada pelo Ministério da Educação (MEC), seria que a partir do documento, aumentará a oferta de ensino superior, e isso iria contribuindo com a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que pretende elevar a taxa bruta de matrícula no ensino superior para 50%. Essa justificativa é aceita já que no Brasil cerca de 16% da população, na faixa etária de 25 a 65 anos, possuem a educação superior. (BRASIL, 2017)

O Decreto é positivo quanto democratização do ensino superior, pois, flexibiliza as regras de criação de cursos e polos, e com isso mais pessoas poderão ingressar num curso superior. No entanto, a flexibilização das regras de oferta deve levar também a uma queda de qualidade porque muitas instituições privadas que ofertam EaD, não se preocupam com a excelência dos cursos. Essa é uma parte que deve ser revista neste documento já que a rede privada é responsável pela oferta de 89,6% dos cursos EaD no Brasil antes do Decreto.

2 | METODOLOGIA

O trabalho foi feito a partir de uma pesquisa qualitativa que na visão de Prodanov e Freitas (2013) é a que existe um movimento entre o mundo real e sujeito, onde o estudo não pode ser transformado em números. Assim é fundamental para pesquisa qualitativa a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados do material coletado a partir do indivíduo entrevistado. Por ser quantitativa, não possui finalidade

numérica analisando os dados indutivamente.

Também, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, assim busca atribuir dados já publicados de livros, artigos científicos, entre outros, acrescentando a essa pesquisa dados já demonstrados, porém com diferente conclusão e raciocínio. A vigente produção também pode ser classificada como exploratória que “é quase sempre feita como levantamento bibliográfico, entrevista com profissional que estudam/atua na área, visitas a *web sites* etc. (SANTOS, 2002, p. 27)”.

Ainda, pode ser classificada como descritiva. “Descrever um fato ou fenômeno é interesse de quem já teve uma primeira aproximação, isso é, já vez pesquisa exploratória. Por isso, a *pesquisa descritiva* é um levantamento das características conhecidas, componentes do fato/fenômeno/processo (SANTOS, 2002, p.27)”. Neste caso descreve-se sobre o fenômeno do decreto e os questionários feitos neste trabalho.

Para essa produção foi enviado uma questão via correio eletrônico a três professores que atuam na EaD em instituições distintas do Estado do Paraná. Um deles atua em uma instituição pública que oferta alguns cursos a distância e os outros atuam na rede privada em EaD. Foi enviado um questionário com uma única pergunta sobre o Decreto 9.057 e sua portaria normativa, sendo que antes da questão havia um texto com uma breve explicação de que seria o documento e a retórica do MEC e governo para sua efetivação. Essa questão presente no documento enviado era: Qual o impacto do novo Decreto 9057/2017 e sua portaria para o ensino superior EaD?

É importante ressaltar que não foi cobrado quantidade de linhas que o sujeito deveria responder. Ele poderia responder à questão livremente da maneira que quisesse criticando, apoiando, enfim, utilizar o argumento que achasse melhor. A partir destes apontamentos, seguimos para as discussões dos resultados.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Educação a distância é “uma modalidade de ensino com especificidade e nuances e se realiza por meio de ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) cuja mediação depende das tecnologias da informação e comunicação (TIC)” (FRASSON et al., 2016, p.47). Ela também ocorre por meios não virtuais, como por correspondência.

Com as alterações feitas pelo documento 9.057/2017, o Ministério da Educação (MEC), pressupõe que aumentará a oferta de ensino superior no país, assim contribuindo com a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que exige elevar a taxa bruta de matrícula na graduação para 50% e a taxa líquida em 33% da população de 18 e 24 anos. (MEC, 2017).

Essa justificativa do MEC é aceita já que no relatório da OECD (traduzido para

o português como Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico) divulgado no ano 2016, o Brasil tem cerca de¹ 16% da população na faixa etária de 25 a 65 anos, com graduação. Nesse relatório, o Brasil fica atrás do México que tem cerca de 18%, do Chile que possui 20%, e um dos países com maior taxa populacional com ensino superior é a Rússia com cerca de 50%. O Brasil tem o menor percentual dos países da América latina pesquisados pela OECD, pressupõem esse declínio do país pode refletir em outros setores como setores econômicos, sociais, tecnológicos, científicos e até mesmo culturais.

Para um dos professores que atua na EaD em uma instituição privada, o novo decreto é positivo quanto democratização do acesso ao ensino superior, flexibilizando as regras de criação de cursos e polos, e com isso mais pessoas poderão ingressar num curso de graduação. Ainda responde: “[...] *essa flexibilização das regras de oferta deve levar também a uma queda de qualidade, pois, infelizmente, há muitas instituições que ofertam EaD que não levam a qualidade em conta, apenas o lucro*”.

A questão de algumas instituições privadas tratarem o EaD como produto, assim não atingindo qualidade satisfatória, como dito por esse profissional é perturbante, já que antes do 9.057, a maior parte dos cursos a Distância já eram do setor privado. Os números que demonstram essa afirmação estão no Censo da Educação Superior 2014 do Inep.

No Censo da Educação Superior 2014 do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) o número de matrículas dos cursos a distância é predominante da rede privada. “Enquanto na modalidade presencial as IES privadas possuem 71,9% do total de matrículas na graduação em 2014, na modalidade a distância, esta participação é ainda maior, 89,6% (Inep, 2015, p.6)”.

No Resumo Técnico-Senso da Educação Superior 2014, também do Inep diz que a rede privada é responsável pela oferta de 68,7% dos cursos EaD. Na figura (Figura 1) a seguir, a proporção de curso que são ofertados a distância por instituições, demonstrando que quem oferta mais a modalidade são as entidades particulares.

1 . Os Dados desse gráfico podem ser encontrados no relatório citado no Texto ou em: <<http://dx.doi.org/10.1787/888933396600>>

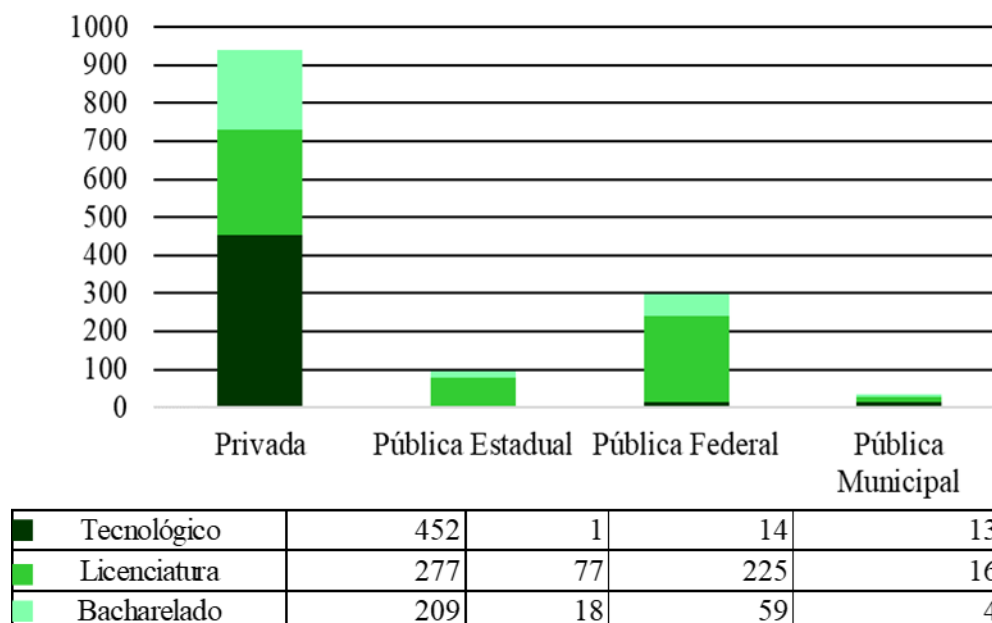


Figura 1- Número de curso de graduação a distância, por categoria administrativa e por grau acadêmico _Brasil_2014

Fonte: Resumo Técnico-Senso da Educação Superior 2014, P.17

Com o Decreto 9.057 o número de instituição não públicas ofertando a EaD pode ser alavancado e no momento não está previsto pelo governo investimento no ensino superior público tão pouco na graduação pública a distância. Esta parte é uma das críticas de outro pesquisado, que questiona o fato das instituições privadas conseguirem abrir quantos polos quiserem, sem visar a qualidade e visando apenas o lucro, afirma a entrevistada.

A interlocução da pessoa entrevistada reporta-se a fala de² Andrew Feenberg que faz duras críticas ao que ele chama de “*educação on line*” em seu texto “Teoria Crítica da Tecnologia”, profere:

Nos últimos anos, estrategistas de corporações, legisladores de Estado, administradores superiores de universidade e “futurologistas” têm se alinhado por detrás de uma visão da educação a distância baseada na automação e no descapacitação. O objetivo é substituir (pelo menos para as massas) o ensino face-a- face por um produto industrial acadêmico, infinitamente reproduzível por um custo unitário decrescente, como cds, vídeos ou “software”. As mentes superiores da educação decairiam agudamente e o “negócio” educativo finalmente se tornaria lucrativo. Eis a “modernização” com um travo de vingança (FEENBERG, P.14).

Esse pequeno fragmento demonstra a opinião de todos nessa pesquisa em relação ao decreto e portaria normativa, frente a EaD atual e a consequência que esses documentos trarão para EaD futuramente.

A entrevistada citada anterior ao texto de Feenberg, diz que sua opinião sobre os documentos (Decreto e portaria), parte de uma perspectiva de professora, que atualmente e trabalha na modalidade. Para ela o impacto do decreto sobre a EaD no ensino superior, será grande: “[...] tendo em vista que realmente eles querem

2. Traduzido por Unimep, Ufscar, Unesp.

cumprir a meta 12 do PNE e não irão medir esforços para fazê-lo, sem ter que criar novas Universidades Públicas e Escolas Técnicas. O impacto será tanto de acesso, como de baixo nível de qualidade do ensino”. Nesta parte parece haver um entendimento entre os dois profissionais em relação ao 9.057/2017 e comina com o trecho de Feenberg citado anteriormente.

Para ela o Decreto favorece todo o setor privado de educação. Ela argumenta dizendo que o favorecimento do setor privado é um problema, pois estas entidades, no seu ver, angariarão recursos do Estado e do próprio usuário do sistema. Explica ainda que: “[...] agora de fato teremos a mercantilização da educação, seja na Educação Básica e no Ensino Superior. É interessante, que o decreto, fala na expansão da educação e de certa forma se desresponsabiliza pela oferta, deixando a critérios das instituições “interessadas” na modalidade EaD este processo”.

Na opinião dessa professora não menciona como deve ser tratado o profissional da educação nesta modalidade, deixando isso claro no Art. 19, parágrafo primeiro:

Art. 19. A oferta de cursos superiores na modalidade a distância admitirá regime de parceria entre a instituição de ensino credenciada para educação a distância e outras pessoas jurídicas, preferencialmente em instalações da instituição de ensino, exclusivamente para fins de funcionamento de polo de educação a distância, na forma a ser estabelecida em regulamento e respeitado o limite da capacidade de atendimento de estudantes.

§ 1º A parceria de que trata o caput deverá ser formalizada em documento próprio, o qual conterá as obrigações das entidades parceiras e estabelecerá a responsabilidade exclusiva da instituição de ensino credenciada para educação a distância ofertante do curso quanto a:

I - prática de atos acadêmicos referentes ao objeto da parceria;

II - corpo docente;

III- tutores;

IV- material didático; e

V- expedição das titulações conferidas (Brasil, 2017).

Até mesmo na portaria do 9.057, a portaria normativa nº 11, de 20 de junho de 2017 não trata da questão do docente, a única parte que cita algo é no Art. 49, parágrafo 1º, sendo exatamente o texto do Art. 19, parágrafo 1º citado anteriormente.

Essa professora declara, citando seu caso como profissional: *“A discussão custo-aluno- qualidade, tão discutida na educação presencial, na modalidade EaD a partir deste decreto, ao meu ver está ausente, favorecendo o empresário que cobra quanto quer do aluno e paga quanto quer ao professor. Atualmente, trabalho em EaD e a hora aula que ganho é 24,00 (vinte e quatro) reais, recentemente, queriam me contratar como tutora e iam me pagar 15 reais a hora aula, veja e já possuo doutorado em educação, mas nesta modalidade, o título só serve para beneficiar as*

instituições, que perante o MEC, apresenta o seu quadro de doutores”.

Essa fala, sobre o valor da remuneração nas instituições privadas, é abordada por Barbosa Filho et. al. (2009), no trabalho “Um estudo sobre os diferenciais de remuneração entre os professores das redes pública e privada de ensino, onde se faz uma comparação de quantos é pago na rede pública de ensino e no particular em todos os níveis de educação”.

Sob a ótica de Barbosa Filho et al. (2009), os professores paulistas têm à média salarial superior à média salarial dos professores ao nível nacional, porém, os salários na rede pública paulista são superiores que a da rede privada. O caso do trabalho de Barbosa Filho et. al. foi citada para demonstrar que existe sim uma diferença salarial no setor privado, e com o Decreto 9.057, esse setor ganhará mais força e não a Educação a Distância.

Dando continuidade a entrevista, ela afirma: “[...]quero reafirmar, que o que está no subtítulo do Decreto, é a precarização do trabalho docente, o baixo nível da oferta de ensino na maioria das instituições e a desresponsabilização do Estado”.

Para outro profissional, que atua como professor na EaD em instituição pública, o decreto será bom desde que ocorram por parte do governo federal e de suas Políticas Públicas, uma previsão de aporte orçamentário para financiar todas as inovações propostas a Educação a Distância (EaD) para o ensino superior deverá ter em curto espaço de tempo um processo de melhora em suas características quantitativas e qualitativas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EaD é um modelo de educação que vem expandindo no Brasil de acordo com pesquisas estatísticas do Inep, teve um salto de 2010 a 2015 de 50%. Também é uma boa ferramenta para disseminar do ensino superior visto que permite a democratização do ensino possibilitando que pessoas de lugares distantes ou que têm dificuldades de locomoção possam concluir o ensino superior ou em outros graus de ensino.

Com a expansão da EaD, desde seu início o Governo Federal incentivo, através de suas regulamentações feitas por leis, decretos, entre outros, as quais tem LDBEN nº 9.394/96, que reconhece a possibilidade da oferta de licenciaturas na educação a distância e o Decreto 9.057 e sua portaria normativa nº 11. Das mudanças trazidas pelos documentos citados acima, foi que surgiu a discussão desse artigo.

Em relação ao Decreto 9.057 e portaria ele vem a ser bom ao que diz respeito democratização do acesso ao ensino superior, pois flexibiliza as regras de criação de cursos e polos, ao mesmo tempo, isso torna-se seu “calcanhar de Aquiles”. A flexibilização das regras de oferta deve levar a uma queda de qualidade, pelo motivo de muitas instituições que ofertam EaD não levarem a qualidade em conta. A principio

o 9.057 e sua Portaria Normativa nº 11, atendem a interesse de corporações.

Seria importante se o Decreto 9.057/2017 ou sua portaria, tratasse especificamente, de algum compromisso do Governo Federal em investir nessa modalidade de ensino, mas em nenhum momento parece mencionar o compromisso com isso dando a entender que o Estado está “lavando suas mãos” quanto criação novas Universidades Públicas e investimentos na educação.

Também não fala do tratamento do docente. Sabe-se que instituições privadas não dão o valor necessário aos profissionais que ali trabalham, essa não é uma colocação generalista, mas ela ocorre na maioria das instituições privadas. Assim favorecendo o empresário que cobra quanto quer do aluno e paga quanto quer ao professor.

É papel da sociedade, pesquisadores, educadores e profissionais discutir sobre Decreto 9.057 e sua portaria normativa. Analisar o que de benéfico traz os documentos, que trata de algo tão importante, a formação dos profissionais atuantes da nossa sociedade, se receberem um ensino de má qualidade, assumiram suas tarefas com atuações insatisfatórias.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, F.H. **Um estudo sobre os diferenciais de remuneração entre os professores das redes pública e privada de ensino.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000300006>. Acesso em: 15 de ago de 2018.

BRASIL. Constituição (2016). **Pec nº 241**, de 15 de dezembro de 2016. Proposta de Emenda à Constituição. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. Constituição (2017). **Decreto nº 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF.

BRASIL. Deed. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Senso da Educação superior 2014.** Brasília, 2016. 60 p.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2014: Notas Estatísticas Censo da Educação Superior 2014.** Brasília, 2015. 14 p.

BRASIL. Mec. Ministério da Educação (Ed.). **Atualizada legislação que regulamenta Educação a Distância no país.** Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/212-noticias/educacao-superior-1690610854/49321-mec-atualiza-legislacao-que-regulamenta-educacao-a-distancia-no-pais>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

FEENBERG, Andrew. **Teoria Crítica da Tecnologia**. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/~andrewf/critport.pdf>>. Acesso em 15 de ago. 2018.

FRASSON, Antonio Carlos et al (Org.). **Formação de professores a distância: Fundamentos e práticas**. Curitiba: CRV, 2016. 222 p.

LEITE, Jan Edson Rodrigues et al (Org.). **Tecnologias em EaD: métodos e práticas**. 2. ed. João Pessoa: Ufpb, 2017. 297 p.

OECD (França) (Org.). **Education at a Glance 2016: OECD Indicators**. Paris, 2016. 510 p. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/9616041e.pdf?expires=1501350113&id=id&accname=guest&checksum=BD0CED25E294575FF7FC1F56B24FB8EC>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

PETERS, Otto. **A Educação a distância em transição**. São Leopoldo: Unisinos, 2012.

PINHEIRO, José Mauricio dos Santos. **Da iniciação científica ao TCC: Uma abordagem para cursos de Tecnologia**. Rio de Janeiro, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS., Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

RAMOS, C.; FRASSON A. C. Ensino de Ciência e Tecnologia: Formação de Professores e a Educação a Distância. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA UTFPR, 22., 2017, Londrina. **Anais eletrônicos Londrina: UTFPR**, 2017.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOBRE OS ORGANIZADORES

VIRGÍNIA OSTROSKI SALLES - Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR), bolsista CAPES. Mestre em Ensino de Ciências e Tecnologia, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR - Ponta Grossa). Graduada em Licenciatura em Pedagogia. Pós-graduação em Metodologia de Ensino de Filosofia e Sociologia. Especialista em Educação Especial: Atendimento as Necessidades Especiais. Membro do Grupo de Pesquisa: cultura de paz, direitos humanos e sustentabilidade (UEPG), e, Grupo de Pesquisa: Educação a Distância - formação docente para o ensino de ciência e tecnologia. Experiência como docente na Educação Básica.

DAMARIS BERARDI GODOY LEITE - Graduada em Nutrição (UNIFIL). Licenciada em Ciências Biológicas (Claretiano). Especialista em Vigilância em Saúde e Metodologia do Ensino Superior. Mestre em Ensino de Ciência e Tecnologia pela UTFPR. Doutoranda em Ensino de Ciência e Tecnologia pela UTFPR. Atualmente sou professora do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais - Cescage, onde leciono a disciplina de Atenção Nutricional para o Curso de Enfermagem. Membro do Grupo de Pesquisa: Educação a Distância - formação docente para o ensino de ciência e tecnologia.

ANTONIO CARLOS FRASSON - Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professor Adjunto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Ponta Grossa. Está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (PPGECT) no Câmpus Ponta Grossa. É líder do grupo de pesquisa Educação a Distância - formação docente para o ensino de ciência e tecnologia. Avaliador institucional e de cursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

SOBRE OS AUTORES

ANTÔNIO CARLOS FRASSON Mestre e Doutor em Educação (UNIMEP-SP). Licenciado em Educação Física. Docente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR), nível mestrado e doutorado. Pesquisa na área de formação de professores, educação à distância, e inclusão. Endereço eletrônico: acfrasson@utfpr.edu.br

CHEPERSON RAMOS – Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR). Formado em Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais (UTFPR/2018). Membro do grupo de pesquisa Educação a Distância: Formação Docente para o Ensino de Ciência e Tecnologia.

IOLANDA BUENO DE CAMARGO CORTELAZZO Professor Adjunto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná UTFPR; Coordenadora de Tecnologia na Educação Campus Curitiba na UTFPR. Líder do Grupo de Pesquisa Inovação, Desenvolvimento e Aplicação de Tecnologias Digitais na Educação. Professor das disciplinas de Educação e Tecnologia, Metodologia da Pesquisa Científica e Educação Inclusiva em curso de licenciatura; de Ambientação em EAD; e de Multimeios, Multimídia e Transmídia em Cursos de Especialização. Desenvolveu, com a Profa. Dra. Joana Paulin Romanowski, o Projeto do Curso de Pedagogia, modalidade a Distância da Faculdade Internacional de Curitiba FACINTER autorizado em 2007. Membro da Comissão Estadual do Profucionário da Secretaria Estadual de Educação do Paraná. Sócia-fundadora da ABED Associação Brasileira de Educação a Distância. Completou seu Mestrado em Educação (1996) e Doutorado em Educação (2000) pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Atua principalmente nas seguintes áreas: Educação a Distância, formação de professores, prática pedagógica, educação inclusiva, tecnologias, ambientes de aprendizagem, inovação e educação para o desenvolvimento sustentável. Autora de livros e artigos.

LUCIMARA GLAP - Licenciada em Pedagogia, Especialista em Gestão Escolar, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (PPGECT) – Doutorado - da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Membro do Grupo de Pesquisa “Educação a Distância - Formação Docente para o Ensino de Ciência e Tecnologia” (UTFPR). Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Superior Sant’ana (IESSA). Coordena o Polo de Educação a Distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB) Ponta Grossa/PR. <http://lattes.cnpq.br/3186791384827504>. E-mail: lucimaraglap@hotmail.com

MARCUS WILLIAM HAUSER Mestre em Engenharia de Produção (UTFPR) e Doutorando em Ensino de Ciência e Tecnologia da UTFPR-Ponta Grossa. Graduado em Bacharelado em Engenharia Civil e Licenciatura em Educação Física. Professor Assistente da

UEPG e Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação Física/EaD. Endereço Eletrônico: mwhauser1@gmail.com

MARIA FATIMA MENEGAZZO NICODEM - Pós-doutora em Educação com estágio Pós doutoral realizado sob Supervisão da Professora Doutora Teresa Kazuko Teruya (UEM-2017). Doutora em Educação (UEM 2011-2013). Mestre em Linguística (UFSC 2003-2005). Especialista em Linguística Aplicada (PUC-MG 1994). Tem Licenciatura em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1991). Licenciada em Pedagogia (2014). Licenciada em História (2017). Bacharel em Teologia (2017). Cursando Licenciatura em Filosofia (2017-2019). Técnica em Magistério - Educação Infantil e Infância-Juvenil (1983). Atualmente é professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino, atuando principalmente nos seguintes temas: Concepções Psicopedagógicas do Processo Ensino-Aprendizagem, Metodologia da Pesquisa e Psicologia da Educação. É professora da Disciplina de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Foi Coordenadora dos Cursos Técnicos em Segurança do Trabalho do Campus Medianeira da UTFPR (2006-2013). Coordenou, na UTFPR, o Curso Técnico em Química, o Curso de Ensino Médio, o Curso Técnico Pós-Médio em Segurança do Trabalho e o Curso Técnico PROEJA em Segurança do Trabalho. Atua em EaD - Cursos Pós-Graduação Lato Sensu - UAB e em Cursos Técnicos - E-Tec/Brasil. Coordenou também o Programa Especial de Formação Pedagógica em diversas turmas (entre 1998 a 2008). Doutorado em Ciências da Educação-UTCD (2006-2007).

ROGÉRIO RANTHUM Mestre em Engenharia da Produção, Doutorando em Ensino de Ciência e Tecnologia da UTFPR-Ponta Grossa, Bacharel em Processamento de Dados, pela UEPG, Professor na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Coordenador de Tecnologia do Ensino. Endereço Eletrônico: ranthum@utfpr.edu.br

SANDRA REGINA CARTACHO PIETROBON - Doutora em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR). Mestre em Educação (PUC-PR). Licenciada em Pedagogia e Letras (UNICENTRO). Docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR) no curso de Pedagogia. Tem experiência na formação de professores presencial e a distância, com enfoque na educação infantil, metodologia de ensino, didática e estágio supervisionado. E-mail: spietrobon@unicentro.br.

THUINIE MEDEIROS VILELA DAROS Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (2014). Possui Especialização em Fundamentos Filosóficos e Políticos da Educação (2007) e Alfabetização com ênfase em letramento (2008). Graduada em Pedagogia (2004) pela mesma universidade. Atuou como coordenadora e docente do colegiado de pedagogia da Faculdade União das Américas- UNIAMÉRICA. Coordenou os cursos de Pós-graduação em Educação: Educação Infantil e Alfabetização, MBA Gestão e Direção Escolar e Metodologias Ativas. Autora do livro: Para que serve aprender a ler e escrever? Os sentidos que as crianças atribuem à linguagem escrita (Epígrafe) e A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para o aprendizado ativo (Penso Editora). Atualmente atua como Head de cursos Híbridos e Metodologias Ativas da UNICESUMAR. Sócia-Fundadora da Têssera Educação.

VIRGÍNIA OSTROSKI SALLES - Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR), bolsista CAPES. Mestre em Ensino de Ciências e Tecnologia, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR - Ponta Grossa). Graduada em Licenciatura em Pedagogia, pela Faculdade Secal, Ponta Grossa -Pr. Pós-graduação em Metodologia de Ensino de Filosofia e Sociologia. Especialista em Educação Especial: Atendimento as Necessidades Especiais. Membro do Grupo de Pesquisa: cultura de paz, direitos humanos e sustentabilidade (UEPG), e, Grupo de Pesquisa: Educação a Distância - formação docente para o ensino de ciência e tecnologia. Experiência como docente na Educação Básica. Pesquisa e atua em projetos de Convivências Escolares, Educação para a Paz, Comunicação Não-Violenta, Educação Ambiental, Ecoformação, Formação Inicial e Continuada de Professores e EaD.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-787-1



9 788572 477871